



## “Me ver pobre, preso ou morto já é cultural”<sup>1</sup>: racismo estrutural e o trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia da Covid-19

Tales Fornazier<sup>2</sup>

A célebre passagem dos Racionais MC's que intitula esse texto, denuncia uma realidade vivenciada cotidianamente na sociedade brasileira: o quão estamos distantes de vivenciarmos uma democracia racial em nosso país. Mais que isso: nos convoca a refletir o quanto o racismo – que é estrutural e estruturante das nossas relações – também pode ser naturalizado e reproduzido por nós, se não estivermos com olhar bastante atento e crítico a essa realidade. O mito da democracia racial produziu em nossa sociedade uma naturalização das desigualdades vivenciadas por grupos socialmente racializados, como se a população negra tivesse as mesmas oportunidades e, por isso, as diversas formas de iniquidades vivenciadas por negros e negras fossem decorrentes da falta de esforço ou de uma suposta baixa-moralidade. Frases como “*todos somos iguais perante a lei*”, “*somos todos uma raça só: a humana*” ou “*todo mundo tem oportunidade, basta se esforçar*”, não são alheias ao nosso cotidiano. Superar o falacioso mito da democracia racial é um dos principais desafios para o reconhecimento da existência do racismo e construção de estratégias coletivas para seu enfrentamento. Como já nos alertou, há tempos, Lélia Gonzalez (1984, p. 228), “como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra”.

É fundamental não perdermos de vista que a suposta igualdade jurídico-formal no capitalismo é subordinada ao projeto colonial de poder. A hierarquização racial – a partir de um grupo branco europeu que se auto-intitulou como superior e nomeou todos os *outros* como inferiores – vai estabelecer relações

---

<sup>1</sup> Extrato da música Nego Drama (Racionais MC's).

<sup>2</sup> Assistente Social no Centro de Referência Especializado para População de Rua e Migrante (Uberlândia MG). Doutorando em Serviço Social (PUC-SP). Pesquisador vice-líder do GEFEPSS (UFTM). Pesquisador do NEAM (PUC-SP). Integra a Frente Nacional de Assistentes Sociais no combate ao racismo e a gestão da ABEPSS “Aqui se respira luta!” (2021-2022), como representante discente nacional de pós-graduação.



## Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

desiguais e hierarquizadas com base na pertença étnico-racial. Em outros termos: essa métrica designa quem é concebido ou não como humano. Nesse aspecto, precisamos apreender os nexos estruturantes da desigualdade capitalista em nossa realidade, a partir dos seus fundamentos, e veremos como a tríade gênero-raça-classe se coloca de forma indissociável na estruturação destas assimetrias.

Clóvis Moura (1983) nos chama atenção para o fato de que o modo de produção escravista entrou em decomposição, mas deixou profundos vestígios na sociedade brasileira. Tais vestígios podem ser facilmente identificados quando vemos que a população negra, desde a abolição formal da escravidão, lidera os piores indicadores no mundo do trabalho, as mais brutais e diversas formas de violência e genocídio, violações de direitos etc. Desigualdades estas, que no atual contexto de pandemia da Covid-19 se agravam de forma exponencial, haja vista que é esta a população que também mais tem morrido e menos tem sido vacinada – o que nos evidencia que as assimetrias raciais são mediadoras e estruturantes das desigualdades sociais.

Uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (Nois), vinculado ao Departamento de Engenharia Industrial do Centro Técnico Científico da PUC Rio (CTC/PUC Rio), aponta as desigualdades abismais no que diz respeito à população negra em relação à Covid-19. Os dados mostram que enquanto o percentual de mortes entre negras e negros é de 55%, entre pessoas brancas a taxa de óbitos ficou em 38%. A pesquisa também evidencia que diferenças de escolaridade se refletiram nos óbitos. As pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) àquelas que têm nível superior (22,5%).

Na combinação de raças e escolaridade, as realidades desiguais ficaram ainda mais evidentes, com uma maior percentagem de óbitos de pretos e pardos, em todos os níveis de escolaridade. **Os sem escolaridade mostraram uma proporção quatro vezes maior de morte do que brancos com nível superior (80,35% contra 19,65%).** Além disso, pretos e pardos também apresentaram proporção de óbitos, em média, 37% maior do que brancos na mesma faixa de escolaridade, com a maior diferença sendo no nível superior (50%) (NOIS-PUC Rio, 2020).



## Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

A despeito do recebimento de vacinas, outro estudo<sup>3</sup> evidencia que, contraditoriamente, embora a vacinação no país tenha começado com uma mulher negra em São Paulo, a enfermeira Mônica Calazans<sup>4</sup>, o Brasil – apesar de ter a maioria da população negra (55,8%), conforme mostra o IBGE (2019) – registra duas vezes mais pessoas brancas vacinadas que negras. Não é mera coincidência, portanto, que a primeira vítima fatal de Covid-19, em março de 2020, tenha sido Dona Cleonice, uma mulher negra e trabalhadora doméstica<sup>5</sup>. Fruto de uma política genocida e negacionista do desgoverno Bolsonaro-Mourão, o Brasil acumula até o momento a vergonhosa marca de mais de 607 mil mortes<sup>6</sup>, cuja imensa maioria é da população negra e periférica.

As desigualdades vivenciadas por negras e negros, que são históricas em nosso país, agravam-se nesse contexto a partir da expressão de índices alarmantes de mortes nas periferias, do aumento explosivo do desemprego estrutural, da pobreza, da fome e das mais variadas formas de violências. Não bastasse os trágicos dados em relação à Covid-19, a população negra tem vivenciado dias cada vez mais duros em todos os âmbitos. Pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da FEA-USP (2021)<sup>7</sup> aponta que o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil, em 2021, é de 61,1 milhões. Fazendo análise a partir da condição racial, de classe e gênero, os dados mostram que antes da pandemia, 33% das mulheres negras estavam abaixo da linha da pobreza e, em 2021, essa taxa é de 38%. Já a extrema pobreza que atingia, em 2019, 9,2% das mulheres negras, subiu para 12,3%. Outro fato importante que merece destaque é que, em meio ao momento mais crítico da pandemia neste ano, o governo reduziu o

---

<sup>3</sup> <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>.

<sup>4</sup> Mônica Calazans, foi a primeira pessoa a ser vacinada no país em 17 de janeiro de 2021 na cidade de São Paulo.

<sup>5</sup> Cleonice adquiriu COVID19 na casa da patroa, logo após seu retorno de uma viagem que fez à Itália.

<sup>6</sup>

<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/com-389-mortes-registradas-em-24-h-brasil-tem-mais-de-607-mil-obitos-por-covid-19/>.

<sup>7</sup><https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>.



auxílio emergencial – que já era insuficiente – para um valor miserável, que varia de R\$ 150,00 a R\$ 375,00. E isso tem rebatimento direto nos índices mencionados acima, visto que após as reduções do auxílio, o aumento da pobreza e da extrema pobreza no Brasil reproduziu e ampliou exacerbadamente as desigualdades raciais e de gênero que já eram gritantes antes da pandemia.

Temos presenciado cenas trágicas nos últimos tempos, a exemplo de pessoas fazendo imensas filas em açougues à espera de ossos<sup>8</sup>, correndo atrás de caminhão de lixo<sup>9</sup> para disputar por resto de comida para matar a fome ou, ainda, morrendo queimadas por cozinhareem com álcool por falta de dinheiro para comprar gás<sup>10</sup>. E bem sabemos que a grande maioria da classe trabalhadora que tem vivenciado essas situações de penúria é constituída de pessoas negras, pois este é o segmento que mais sofre historicamente com o processo destrutivo do capital – que se utiliza do racismo como forma de potencializar sua superexploração. Enquanto isso, bilionários ficam cada vez mais ricos em meio à barbárie<sup>11</sup>. Se essa é a própria lógica da sociedade capitalista, na nossa realidade, também há um desgoverno que contribui diuturnamente para que as desigualdades seculares desse país, se intensifiquem ainda mais. Esse é o retrato do Brasil de Bolsonaro!

Carolina Maria de Jesus foi certa em suas instigantes provocações que permanecem atuais, especialmente quando nos lembra que “quem inventou a fome são os que comem”<sup>12</sup>. Deste modo, os breves dados aqui sinalizados nos convidam à reflexão de que se “viver entre o sonho e a merda da sobrevivência”<sup>13</sup> sempre foi

---

<sup>8</sup><https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4938311-pessoas-fazem-fila-para-doacao-de-ossos-em-acougue-de-cuiaba.html>.

9

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/10/24/face-cruel-da-fome-mulheres-relatam-rotina-de-buscar-comida-em-caminhao-de-lixo-em-fortaleza.ghtml>.

<sup>10</sup><https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/27/morre-mulher-que-teve-90percent-do-corpo-queimado-quando-cozinhou-com-alcool-na-grande-sp-diz-vizinha.ghtml>.

11

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos/>

<sup>12</sup> Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

<sup>13</sup> Extrato da música “A vida é um desafio” de Racionais MC’s.



uma realidade na vida de negras e negros da classe trabalhadora, nesse contexto isso se agrava e exige de nós muita coerência teórico-política para decifrar, de forma crítica e coerente, essa realidade. Do contrário, iremos contribuir para a manutenção e reprodução das relações históricas profundamente assimétricas vivenciadas por esta população.

### **Mas... e o que isso tem a ver com o trabalho profissional de assistentes sociais?**

Esse é também o cotidiano, cada vez mais bárbaro e desafiador, que nós assistentes sociais somos convocadas e convocados a intervir. Esta conjuntura profundamente adversa que temos vivido – especialmente a partir do golpe jurídico-parlamentar de 2016 que culminou no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, mas com significativa intensificação a partir do desgoverno Bolsonaro-Mourão – não só nos afeta diretamente enquanto classe que vive do trabalho, como impacta bruscamente nosso cotidiano profissional. Temos sido impelidas e impelidos a atuar em meio à gestão da pobreza, com políticas sociais cada vez mais focalizadas, seletivistas, com significativo retorno ao assistencialismo, desqualificação do nosso trabalho profissional e tantos outros dilemas e velhas requisições que temos tentado superar nas últimas décadas. Apontando, especialmente, para o agravamento de um cenário já sinalizado por Yazbek (2012) que é a despolitização e a refilantropização do enfrentamento da questão social brasileira.

Sabemos que a desqualificação e a redução do papel do Estado são frequentemente invocadas como estratégias da ideologia neoliberal, que defende o “Estado mínimo” para a classe trabalhadora, mas, inversamente, garante o “Estado máximo” para o capital (Netto, 2012). A realidade trágica que temos vivenciado, não nos deixa dúvidas disso. A saída para seu enfrentamento, obviamente, precisa se dar no contexto mais amplo das lutas da classe que vive do trabalho – com vistas à



## Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

construção de uma sociedade radicalmente livre, emancipada, fraterna e comum a todas e todos.

Mas, no cotidiano das nossas relações, contribuir para o enfrentamento ao racismo e todas as formas de desigualdades, desproteções e violações de direitos vivenciadas pelos sujeitos que atendemos, não se trata de escolha: trata-se de um compromisso ético-político, firmado em nosso Código de Ética Profissional (1993), especialmente nos seguintes princípios: II) a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; VI) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; e VIII) opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Só estaremos em sintonia, de fato, com essa direção crítica construída pela profissão quando compreendermos que a classe trabalhadora que atendemos – e que tanto reafirmamos nosso compromisso – não é mera abstração: ela tem raça, gênero, sexualidade, território, geração. Isso não pode ser desconsiderado na análise, se a expectativa realmente for construir um trabalho profissional comprometido e de qualidade. Como nos chama atenção Guerra (2018), a perspectiva crítica que sustenta a formação de assistentes sociais no Brasil, apreende que as próprias contradições da realidade colocam e recolocam os elementos que devem direcionar nossa formação e trabalho, para respondermos aos reais dilemas do tempo presente. Nesse sentido, “a formação tem que ser situada nas entranhas das reais e concretas contradições que marcam a conjuntura atual, as quais cada vez mais são escamoteadas pela ideologia dominante” (GUERRA, 2018, p. 25).

E essa conjuntura, como vimos, tem nos saltado aos olhos que não vivemos uma democracia racial. Tem escancarado que são as populações negras, em especial, que cada vez mais têm vivenciado situações degradantes e também têm engrossado as filas dos diversos espaços sócio-ocupacionais em que atuamos. Por isso, qualquer análise séria que objetive alterar essa realidade deve considerar as



## Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais

desigualdades sócio raciais e de gênero enquanto constitutivas e estruturantes das desigualdades de classe. Isso demanda a construção de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas efetivamente antirracistas e antissexistas. E é também na própria relação cotidiana com a população que atendemos, conhecendo realmente sua realidade, que vamos criando as estratégias necessárias. Não podemos esquecer que conhecer efetivamente o cotidiano da população que atendemos, “vai para além de conhecer o seu ‘registro de identidade’. É preciso conhecer a sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência às opressões que são forjadas individual e coletivamente” (ROCHA, 2014, p. 304).

### Referências

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão**. 10. ed. Brasília, 2011.

CTC-PUC Rio. **Diferenças sociais: pretos e pardos morrem mais de COVID-19 do que brancos**. Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/>. Acesso em: 21 out. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUERRA, Yolanda. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica**. In: GUERRA, Y.; LEWGOY, A. M. B; MOLJO, C. B.; SERPA, M.; SILVA, J. F. S. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

IBGE. Agência de Notícias. **Negros são maioria entre desocupados e trabalhadores informais no país**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/negros-sao-maioria-entre-desocupados-e-trabalhadores-informais-no-pais>. Acesso em 27 out. 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Ática, São Paulo, 2019.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Bahia, n.14, p. 124-137, 1983.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.



## **Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais**

ROCHA, Roseli. **A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista.** In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.* São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012.